



SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIAS E TENDÊNCIAS

Sandra Lourenço de Andrade Fortuna^{1*}

Diego Tabosa^{2}**

Maria Antônia Cardoso Nascimento^{3*}**

Elaborar esse editorial da Revista Temporalis n. 39 diante da atual conjuntura brasileira na qual as desigualdades sociais, resultantes dos processos de exploração-dominação-opressão de classe, raça e sexo se manifestam de maneira ainda mais intensa e explícita, como as diversas formas de preconceitos decorrentes da pauperização, do racismo e do sexismo desnudando

Para garantir que a máquina do capital continue explorando a energia humana obtendo lucros como único objetivo, os trabalhadores e as trabalhadoras que, mesmo num momento em que devem ter assegurada a garantia da vida, em função da Pandemia da Covid-19 são obrigadas(os) a se deslocarem aos seus espaços de trabalho, em transportes coletivos e a conviverem em espaços sem o distanciamento e equipamentos de proteção necessários, os coloca em risco pelas questões sanitárias vividas em função da Pandemia da Covid-19 à prevenção do contágio.

Por outro lado, as orientações de isolamento social não garantem a vida, diante de uma realidade de pauperização adensada nos últimos anos. Não por acaso mais de 70 milhões de pessoas buscaram o auxílio emergencial de R\$ 600,00 nesse contexto de pandemia. No Brasil, 52,5 milhões de pessoas vivem com menos de meio salário mínimo per capita por mês. Destes 56,2% não possuem acesso a esgoto sanitário e 25,8% vivem em moradias sem abastecimento de água por rede. O recorte étnico/racial apresenta um dado fundamental: a população negra corresponde à 72,7% das pessoas que vivem na pobreza (IBGE, 11/2019).

^{1*} Assistente social. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

^{2**} Assistente Social, Professor do Curso de Serviço Social do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS/Unimontes)

^{3***} Professora titular da Faculdade e do Programa de Pós Graduação do Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

As políticas neoliberais intensificadas no Brasil nos últimos anos mercadorizam e mercantilizam os direitos constitucionais e a vida humana e com isso, evidentemente não garantem condições objetivas para a sobrevivência da população, especialmente em tempos de crise sanitária como a vivida neste momento.

Diante da atual conjuntura de acirramento das contrarreformas e, principalmente do descaso do estado brasileiro com os segmentos mais espoliados da classe trabalhadora, usuário principal da política de Assistência Social torna-se fundamental analisá-la em suas várias dimensões dentre as quais se destacam: concepção, gestão, execução e financiamento como política de seguridade social no bojo do neoconservadorismo.

O tema desta edição envolve um conjunto de preocupações que vêm orientando tanto a produção do conhecimento na área, como os processos de intervenção profissional do Serviço Social e de áreas afins. Toma centralidade o debate sobre a histórica vinculação do Serviço Social com a Assistência Social.

Diante dessa realidade, elaborar reflexões teórico-políticas sobre as trajetórias e as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social e a política de Assistência Social, bem como, sobre a formação profissional e o trabalho profissional do Serviço Social na relação com a política de Assistência Social tornam-se centrais no debate aqui proposto.

Nesta edição contamos com diversos artigos que versam sobre a Assistência Social na seção temática, que se inicia pelas reflexões apontadas no artigo *Assistência social, crise e contrarreformas: inflexões entre o novo e o velho*, sobre as tendências da Política Nacional da Assistência Social frente à crise do capital em sua saída pela via neoliberal, tendo em vista as inflexões da assistência social no Brasil na trilha do neoliberalismo em sua fase neoconservadora, desde o ponto de vista da economia mundial e da inserção econômica periférica. Destaca ainda a ausência histórica do Estado em instituir um sistema de proteção social universal.

O artigo *Contrarreforma do Estado, gerencialismo e política de Assistência Social no Brasil* reconhece que a administração/gestão pública e a política de assistência social resultam do confronto entre distintos projetos coletivos nessas áreas, que se articulam coerentemente a projetos de sociedade antagônicos. Diante desse pressuposto, se aproxima da dimensão administrativa da contrarreforma do Estado e sua trajetória histórica no Brasil, tendo em vista, apresentar traços do gerencialismo na implementação da PNAS/SUAS de 2004. Aponta que a gestão dessa política social apresenta as marcas de um projeto hegemônico neoliberal de assistência social, haja vista que este vem se efetivando de modo a atender os interesses da classe dominante e suas frações. No que diz respeito às principais incidências do gerencialismo na implementação da PNAS/SUAS, e aponta a centralização do poder na União; a separação entre órgãos formuladores e implementadores; *descentralização* (como delegação, privatização e/ou transferência de responsabilidade); a defesa dos conselhos como consultivos ou espaços de interlocução; a terceirização; avaliação por desempenho; produtividade; criação e uso de sistemas de informação e a valorização do saber burocrático/instrumental.

Em *Política de assistência social no Brasil: um balanço da modernização da gestão*, apresenta-se a discussão sobre o processo de modernização da gestão da política de assistência social

no Brasil, nos governos petistas, refletindo sobre os mecanismos conservadores que atravessam o processo de constituição dos marcos normativos da referida política social. Discorre sobre os processos pelos quais tais movimentos impactam na intensificação do gerencialismo produtivista sobre o trabalho dos profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Busca refletir sobre a permanência e constituição de novos mecanismos conservadores que atravessam o processo de constituição dos marcos normativos da política social, consolidados a partir de 2004, problematizando os mecanismos pelos quais a modernização da gestão impactam na realização dos serviços socioassistenciais na medida em que mecanizam e burocratizam o trabalho dos diversos trabalhadores que atuam no processo de trabalho no âmbito do SUAS. Cabe destaque, portanto, aos elementos que indicam o aprofundamento do tecnicismo produtivista, que advém dessa modernização da gestão, impactando no trabalho profissional dos trabalhadores do SUAS.

As construções e contradições constitutivas do processo de consolidação da Política de Assistência Social, e suas tendências compõem o campo analítico do artigo: *Hegemonia neoliberal no Brasil: implicações para política de assistência social*. Nele é possível nos deparar com elementos que apontam para a ausência histórica do Estado em instituir um sistema de proteção social universal, além da tendência que tem direcionando a organização da Política de Assistência Social atrelada ao ideário neoliberal, não permitindo a ultrapassagem do caráter focalizado, seletivo e consolidando uma cidadania de consumo, configurando um caráter de gerenciamento da pobreza no atual estágio do modo de produção capitalista.

A perspectiva territorial no SUAS a partir dos trabalhadores de Niterói (RJ), busca analisar o lugar que a perspectiva territorial ocupa na gestão e execução do SUAS no município de Niterói-RJ, assim como a sua influência no cotidiano dos trabalhadores. Afirma que há inúmeros desafios para a superação do uso funcional da categoria território. Aponta a necessidade de que as gestões municipais expressem a relevância da categoria território na determinação da alocação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Relevância Especial de Assistência Social (CREAS), para além da palavra, do planejamento e criem mecanismos de integração setorial permanente com as demais políticas públicas desenvolvidas nos territórios.

O artigo *Família, Mulher e Política de Assistência Social: reflexões necessárias* traz uma discussão sobre a matricialidade sociofamiliar da assistência social. O debate da naturalização constante da transferência de responsabilidades do Estado no cumprimento das políticas sociais, recaindo sobre as mulheres a partir de ações que tem despolitizado as contradições da sociedade de classes e naturalizado as desigualdades nas relações entre mulheres e homens é particularizado nesse artigo no âmbito da política de assistência social brasileira após a emergência de seu sistema de gestão, descentralizado e participativo, o SUAS. A exploração da força de trabalho feminina, que se estende entre o público e o privado, tem tido a política socioassistencial como ferramenta auxiliar de reprodução de ações machistas, patriarcais e de dominação no âmbito das relações sociais de sexo. Nesse sentido, desnaturalizar essas concepções e práticas compõe os argumentos centrais nesse estudo.

As particularidades da população de rua é abordado no artigo: *A construção da Política Nacional para a população em situação de rua*, com enfoque no processo de formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), analisando seu contexto histórico e principais acontecimentos que atribuíram a temática da População em Situação de Rua (PSR) como alvo de políticas públicas, utilizando-se da experiência de profissionais envolvidos no Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro (Fórum/RJ). Tem por objetivo compreender o contexto sócio histórico em que se germinou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a PSR, de modo a visualizar como a defesa dos direitos e a busca por melhores condições de vida através de ações e serviços públicos para este segmento foram introduzidas na agenda governamental como requisição ao Estado de criar uma política pública de âmbito nacional específica para a PSR.

Contamos também com artigos na seção de temas livres, contribuindo com reflexões a partir de diferentes assuntos. O primeiro artigo *O subdesenvolvimento brasileiro: algumas chaves para sua compreensão* problematiza a categoria subdesenvolvimento no pensamento social brasileiro, partindo de uma contextualização histórica sobre o debate da economia do desenvolvimento entre alguns clássicos e como isto fundamentou uma primeira aproximação para a apropriação teórica sobre o debate latino-americano, com o surgimento da CEPAL e as contribuições teóricas de Raúl Prebisch. Em seguida, analisa as contribuições de Celso Furtado sobre a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento, e sua transição teórica dos neoclássicos ao método histórico-estrutural. Finaliza, com algumas reflexões teóricas e mais detidamente as críticas e concepções de Francisco Oliveira.

Um tema também atual é o impacto das novas Tecnologias Digitais no mundo do trabalho abordado no artigo *Movimentos de resistência do trabalhador uberizado*, que tem por objetivo refletir como as novas modalidades de serviços digitais podem estar precarizando o trabalho e produzindo movimentos de resistência e novas demandas de proteção social. O enfoque analítico se estabelece no setor de transporte de passageiros por aplicativos, influenciadas pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, entre trabalhadores motoristas e a empresa Uber.

O artigo *Luta antirracista, tradição marxista e o Maio de 68*, reflete sobre a influência da tradição marxista na luta antirracista, os equívocos e tensionamentos dessa relação, de modo a evidenciar que ela antecede a chamada *crise de paradigmas* instaurada na academia nos *longos anos 60*, mas que este marco fortalece uma vertente das lutas sociais distante das tradicionais formas de organização da luta de classes, que necessitam ser compreendidos mediante as mudanças do capitalismo, a crise do marxismo e do socialismo real, tendo em vista o significado da luta antirracista e anticapitalista como um grande desafio a ser consolidado, e ainda se encontra em construção.

Tendo como preocupação central a análise dos aspectos sociais e econômicos do processo do envelhecimento a partir de uma concepção crítico-dialética, na perspectiva de compreender o processo de envelhecimento e velhice para além dos aspectos biológicos, cronológicos e demográficos, o estudo *O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico*, contribui na apreensão das questões relativas à realidade representada pelo progressivo aumento da população idosa e de suas

necessidades sociais, bem como os desafios para a formatação da agenda pública estatal em termos da conformação de políticas, programas e serviços que considerem e absorvam as suas especificidades.

No tocante ao significado e direção social da intervenção profissional o artigo *Caminhos profissionais e resistências que brotam das expressões da questão social* leva a refletir sobre a interlocução do Serviço Social e as lutas das classes, cujo escopo aborda as tendências históricas postas nas demandas profissionais, as quais requerem ser tensionadas e disputadas a partir dos horizontes que orientam as lutas sociais de movimentos indígenas, feministas, de trabalhadores sem-terra e urbanos, e demais movimentos populares.

O texto sobre *Assessoria do Serviço Social e movimentos sociais insurgentes em debate*, também vai ao encontro das ações profissionais dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais insurgentes, especificamente a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia Hidrográfica do Una, em Belém do Pará. Apresenta interessantes reflexões acerca da apreensão do espaço político de luta pelo direito à cidade, destacando a importância de ações de assessoria junto aos movimentos insurgentes pelo Serviço Social.

O debate sobre a Política de Educação e o Serviço Social, aparece no texto *Aproximações do Serviço Social com a Política de Educação: a contribuição das comissões de educação dos Conselhos Regionais de Serviço Social no Brasil*. Suas reflexões contribuem no sentido de pensar a importância das comissões de educação dos CRESS em todo o País não só no processo de organização dos profissionais na política de educação, mas também na luta por inserção de mais profissionais nela. Destaca a o significado das referidas comissões como espaços de reflexão das diversas dimensões do trabalho profissional do assistente social; análises sobre a política de educação nos níveis e modalidades de ensino; articulação com os movimentos sociais em prol da educação; e mobilização de estratégias para o fortalecimento da categoria profissional de assistentes sociais.

No texto *Estágio supervisionado em Serviço Social: a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional*, chama-se a atenção para a necessidade de potencialização dos cursos de capacitação de supervisores de estágio em parceria com as instituições concedentes tentando ao máximo garantir a participação dos supervisores de campo. Além disso, chama a atenção para o fortalecimento da estratégias de articulação do conjunto da categoria, por meio da articulação com a luta geral dos trabalhadores contra a retirada de direitos, no âmbito da própria categoria a luta por um piso salarial, o observatório da lei das 30 horas, além das constantes lutas em defesa das políticas sociais. Outro aspecto apontado é a criação e fortalecimento dos Núcleos de Assistentes Sociais vinculados aos CRESS em regiões distantes dos grandes centros, ou onde não há seccionais, a criação e fortalecimento de Fórum de Trabalhadores das Políticas Públicas e das diversas áreas em que atuam os assistentes sociais são entendidos como importantes espaços de articulação da categoria contra a precarização das condições de trabalho, com vistas à consolidar uma formação e exercício profissional de qualidade com base na teoria social crítica visando contribuir para superação e/ou diminuição dos equívocos em relação a suposta dicotomia teoria e prática que interferem na atuação profissional e na formação do estagiário.

A edição é concluída com o artigo *Formação profissional em Serviço Social: apontamentos a partir do IFCE Campus Iguatu*, que aborda a formação profissional em Serviço Social a partir

da experiência de um curso de Serviço Social no IFCE *campus* Iguatu. Trata-se de uma reflexão interessante sobre os limites e as possibilidades dessa experiência na realidade cearense e fornece subsídios para elucidar as razões do surgimento de um curso de graduação em Serviço Social público em Iguatu. Cabe destacar o fato de ser um curso público, gratuito e presencial, dimensões que devem ser afirmadas e defendidas nesse cenário de investidas do capital na direção da mercantilização e mercadorização da educação.

Contamos também com as fundamentais reflexões da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, que prontamente aceitou o convite para a entrevista aqui publicada. Registramos os nossos agradecimentos e profunda admiração por suas inúmeras contribuições aos estudos e pesquisas não só sobre a Assistência Social mas também ao conjunto da produção do conhecimento e da formação profissional em serviço social, bem como sua histórica militância junto à categoria de assistentes sociais.

Convidamos também à leitura atenta das Notas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) publicadas no campo Documentos. A exigência de posicionamento ético-político da ABEPSS diante dessa realidade de adensamento da crise do capital, particularmente no Brasil, a implementação das medidas ultraliberais, os ataques brutais à classe trabalhadora e a seus direitos constitucionais e civis, que coloca em questão inclusive a democracia, vem sendo cotidianamente enfrentados também pelo conjunto da categoria. Entendemos fundamental publicar essas notas na *Temporalis* tendo em vista registrar as inúmeras lutas que vivenciamos nesse momento no Brasil e reafirmar a defesa de um projeto profissional crítico, eticamente fundamentado, fruto de uma construção histórica das/os assistentes sociais no país.

Agradecemos às/aos autoras/es, pareceristas e membros do Conselho Editorial da Revista *Temporalis*, por seu empenho e comprometimento na construção e defesa de nosso periódico. Deixamos registrado, ainda, nossos agradecimentos aos colegas Evilásio Salvador e Diego Tabosa, que acompanharam as tarefas desenvolvidas pelo conselho editorial desta revista nos últimos números. Damos boas vindas à Bruna Irineu e Mirla Cisne, que passam a compor este conselho e assumem a importante tarefa de manter a *Temporalis* como um periódico de referência e que contribui com a produção e difusão de conhecimento da área do Serviço Social.

Esperamos que essas leituras e reflexões contribuam para o fortalecimento da produção de conhecimentos sustentados no significado social da profissão na direção do projeto ético político do serviço social.

Sigamos na resistência com vistas a avançar na ousadia de lutar!

Gestão 2019-2020